

UNIDADE

Órgão Oficial do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo

Sindicato dos
JORNALISTAS
PROFISSIONAIS NO
ESTADO DE SÃO PAULO

CUT BRASIL
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

FENAJ
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS

Dez-2018/Jan-2019 - Número 397 - Ano 41

2019: ano de resistência!

Jornalistas estarão unidos contra ataques ao exercício profissional, à Previdência e à Comunicação Pública



Trabalhadores dispensados da Abril continuam luta pelos seus direitos.

pág. **04**

Campanhas salariais

Acordos em Rádio e TV e Jornais e Revistas do interior

pág. **5**

Mensalidade

Assembleia aprova mudanças para sindicalizados

pág. **8**

Unidade Entrevista

Bernardo Kucinski, homenageado pelo Prêmio Herzog

pág. **11**

Hora de resistência

Encerramos 2018 com graves ameaças ao exercício do jornalismo e à liberdade de expressão. Neste momento difícil, realizamos um ato histórico no auditório Vladimir Herzog, em 23 de outubro de 2018, quando cerca de 250 jornalistas se reuniram com base no manifesto “Temos lado no 2º turno! Em defesa da democracia e dos direitos” (veja em hbit.ly/2RegiEx). Importantes nomes do jornalismo brasileiro vieram ao microfone para expressar seu apego à democracia e sua preocupação com os rumos do país, quatro dias antes da eleição na qual saiu vencedor Jair Bolsonaro (PSL).

O manifesto, divulgado pela diretoria do Sindicato, analisava os posicionamentos dos dois concorrentes ao 2º turno à luz dos interesses dos jornalistas e da trajetória histórica da entidade.

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP) esteve na primeira fila do combate à ditadura militar, sobretudo após o assassinato de Vladimir Herzog (25/10/1975), sob tortura, prática hedionda defendida publicamente pelo agora presidente eleito. Expressávamos também nossa posição firme pela preservação do patrimônio público brasileiro e dos direitos sociais, pela revogação da reforma trabalhista – o oposto de tudo o que defendeu o candidato vencedor sua campanha.

Em certo trecho, o manifesto explica: “Como jornalistas, nos preocupa a disseminação em série de fake news em

rede social usada como estratégia de campanha bolsonarista e a própria incitação à violência, que tem se espraído socialmente e atingido inclusive diversos profissionais de imprensa”. Depois disso, novos fatos foram revelados, evidenciando o uso de meios ilegais para disseminar notícias falsas na campanha eleitoral, adicionando traços de ilegitimidade a uma eleição já marcada pelo arbítrio.

Agressões e intimidação

Com a eleição, abre-se um cenário preocupante. Em discurso após o anúncio do resultado, o presidente eleito ataca a “Folha de S. Paulo”, que havia publicado notícia a respeito da atuação ilegal de empresas dando impulso à sua campanha eleitoral por meios eletrônicos. Em sua fala, ameaça o órgão de cortar verbas publicitárias do governo federal, explicitando claramente o uso de meios de estado para coibir a liberdade de expressão e de informação pública.

No período final da campanha e após a eleição, multiplicaram-se os casos de ataque ao exercício profissional vinculados ao grupo político que chega ao poder no país. Assumiram formas variadas, e citamos alguns deles:

- a jornalista Patrícia Campos Mello, da “Folha”, autora de reportagem sobre as fake news em rede social, sofreu agressões verbais e foi alvo de intensa campanha de ameaça e intimidação em rede social;

- em sua primeira coletiva depois de eleito, Bolsonaro impediu a entrada de diversos órgãos de imprensa, como retaliação por notícias publicadas;

- a Polícia Federal obrigou repórter cinematográfico da TV Globo a apagar imagens de Bolsonaro em momentos de lazer;

- a jornalista Ana Nery, da rádio Bandeirantes, sofreu agressões físicas ao cobrir ato de apoio ao candidato do PSL;

- o jornalista Ricardo Galhardo, de “O Estado de S. Paulo”, teve o número de seu celular divulgado como forma de intimidação por Luciano Hang, proprietário das lojas Havan, incomodado com o noticiário sobre sua atuação na campanha de Bolsonaro;

- a Rede Record colocou seu noticiário para fazer campanha a favor do candidato do PSL, pressionando internamente seus jornalistas, conforme carta divulgada pelo SJSP a pedido dos funcionários da empresa (<http://bit.ly/2Q3iC5i>).

O Sindicato manifesta seu repúdio a cada ato desses e se coloca totalmente à disposição dos jornalistas para medidas de reparação judicial e de garantia à atuação profissional. Mas a questão ultrapassa os casos isolados, e mostra que teremos de avançar na articulação das entidades sindicais e profissionais e

nos preparar para defender a liberdade de expressão e de imprensa, a prática jornalística e até a integridade física dos profissionais no período que se abre.

É hora da resistência em defesa dos direitos e da democracia. Vamos lutar contra a reforma da Previdência que se anuncia, visando precarizar as condições de vida para a grande maioria dos brasileiros, abrindo ao setor bancário um filé mignon de longo prazo. Vamos nos opor à precarização ainda maior das condições de trabalho com todas as nossas forças, como sabem os jornalistas que veem o Sindicato presente nas redações – com suas limitações, mas muita disposição! Vamos intensificar nossas ações contra a violência que atinge os profissionais, em defesa da mais ampla liberdade de imprensa.

Para isso, buscamos também um diálogo permanente com a categoria – sindicalizados ou não – no sentido de valorizar nossa entidade coletiva, cuja única função é a defesa dos nossos interesses comuns e da nossa profissão, buscando ampliar sua sustentação. Contra a reforma trabalhista, que atingiu diretamente a sustentação financeira dos sindicatos, chamamos os jornalistas a se sindicalizarem, a contribuírem com a entidade, para que tenhamos um Sindicato à altura dos desafios que se apresentam neste novo ano.

Direção do SJSP



Sindicato dos
JORNALISTAS
PROFISSIONAIS NO
ESTADO DE SÃO PAULO

FENAJ
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS

CUT
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

Calote da Abril: jornalistas podem receber só 8% das dívidas, em 18 anos

Flaviana Serafim/SJSP



Mulheres entregaram carta à Justiça pedindo celeridade no processo

Gerou revolta entre os trabalhadores dispensados pela Editora Abril o plano de recuperação judicial, apresentado pela empresa em outubro. A proposta, que prevê formas de pagamento diferentes para celetistas e freelas (veja quadro), depende de aprovação pelos credores em assembleia geral e de homologação na Justiça. A maior parte dos valores, as verbas rescisórias, deveria ter sido paga há meses, em alguns casos já há um ano.

A assembleia unitária dos trabalhadores, junto aos sindicatos das categorias, já expressou o posicionamento contrário à proposta. A reivindicação é que a bilionária família Civita sub-rogue a dívida, ou seja, que pague imediatamente os trabalhadores e assumam seu lugar entre os credores.

Jornalista da editora por 19

anos, Patricia Zaidan, da Comissão de Demitidos da Abril, avalia que a empresa "jogou os valores abaixo do esgoto" na tentativa de convencer os profissionais a aceitar qualquer quantia. Ela afirma que os trabalhadores vão lutar até o final para receber a dívida integral. "Os valores são inegociáveis porque significam suor, lágrima, madrugadas de trabalho e são o único patrimônio que o trabalhador tem, que é sua força de trabalho".

Mobilização permanente garante decisão favorável

O calote da Abril completou quatro meses em 6 de dezembro com protesto dos demitidos em frente ao Fórum João Mendes, onde tramita a recuperação judicial. Na ocasião, um grupo de mulheres dispensadas e esposas de demitidos entregou uma carta ao juiz responsável pelo caso

pedindo celeridade. A pressão deu resultado e, 5 dias depois, o magistrado deferiu uma petição na qual o Sindicato dos Jornalistas cobrou a publicação imediata do edital do plano. A publicação oficial já deveria ter ocorrido, mas a empresa indicada para administrar a recuperação descumpriu o prazo de 12 de novembro.

Outra vitória na justiça em dezembro foi a decisão que confirmou a reintegração dos demitidos, retrocedendo a julho de 2017. Cabe recurso.



"VÍTIMAS DA ABRIL"

Ex-jornalistas da editora criaram um canal no YouTube com relatos sobre os impactos na vida dos trabalhadores. O primeiro vídeo, por exemplo, conta a história de um gráfico que enfrenta dificuldades no tratamento do filho com necessidades especiais.

Em bit.ly/VitimasDaAbril

Calote caso a caso

Veja o que a Abril propõe. Todos os prazos contam a partir da homologação do plano (ainda sem previsão), e não deve haver correção monetária no primeiro ano

1) Celetistas:

a) até 238,500, não haveria deságio (desconto). O pagamento seria realizado em 3 parcelas, totalizando R\$ 22.000,00, em 240 dias. O restante, só após um ano.

b) o que for acima desse valor seria quitado com as regras que se aplicam aos freelas (veja ao lado).

2) Freelancers:

Deságio automático de 20% do total da dívida.

a) crédito de até R\$ 20 mil: pagamento em 3 parcelas, em 11 meses;

b) crédito acima de R\$ 20 mil: carência de três anos para início do pagamento. Depois, pagamento de 10% da dívida já com deságio, ou seja, 8% do total real, em parcelas mensais ao longo de 15 anos (totalizando 18 anos). Se as parcelas forem quitadas em dia, os outros 90% da dívida são anulados.

Gazeta demite em massa e recusa diálogo

Terminou sem acordo a tentativa de conciliação da demissão em massa de 71 profissionais da Gazeta. Na audiência em 22 de novembro, no Tribunal Regional do Trabalho, a emissora não apresentou

nenhuma proposta de contrapartida aos que perderam o emprego, e se recusou a dialogar com os Sindicatos.

A Fundação Cásper Líbero demitiu 22 jornalistas e 49 radialistas no final de outubro e

início de novembro. Com rapidez, o Sindicato organizou uma reunião com os jornalistas dispensados, na qual eles decidiram acionar a empresa e tomar as medidas legais, o que suscitou a audiência.

Como a Gazeta alegou motivos econômicos, o SJSP está em contato com o Ministério Público estadual para averiguar o balanço financeiro da fundação. O dissídio segue tramitando no TRT.

Em Rádio e TV, jornalistas fazem acordo com reposição da inflação

Os jornalistas de rádio e TV conquistaram reajuste de 3,56% nos salários, nos pisos e nos benefícios, além da renovação de todas as cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) para o período 2018-2019, em todo o estado.

O Sindicato dos Jornalistas assinou o acordo com as empresas em 7 de dezembro, depois de realizar um plebiscito que aprovou a contraproposta patronal por 98,2% do total de 892 votantes na capital, interior e litoral.

O reajuste corrigiu os salários de dezembro, o 13º, o pagamento dos Programas de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e todos

os outros itens econômicos da CCT.

No atual cenário de incerteza econômica e política, foi importante garantir a preservação das cláusulas da Convenção, avalia a direção do Sindicato dos Jornalistas, pois garante a manutenção de direitos relevantes conquistados ao longo de anos pela luta da categoria (como piso salarial, vale refeição, auxílio creche, PLR e abono, complementação de salário em caso de afastamento por doença, horas extras a 75% a 1ª hora e a 100% a 2ª hora, entre outros).

Confira a íntegra da nova Convenção Coletiva: bit.ly/CctRTV18-19

Jornais e Revistas do Interior e Litoral: acordo após meses de negociação

A Campanha Salarial de Jornais e Revistas do Interior e Litoral terminou com acordo após cinco meses de negociações. Os jornalistas do setor terão reajuste para repor a inflação de 1,76% acumulada nos doze meses anteriores à data base, em 1º de junho.

Após plebiscito realizado em novembro, a categoria aprovou, por 90% dos votos, a contraproposta patronal para o período 2018-2019. O reajuste será retroativo sobre os salários, os pisos de 5h e 7h diárias, o auxílio creche, os vales refeição e alimentação. Porém,

pelo acordo, outros itens da pauta econômica ficam com os valores congelados – a Participação nos Lucros e Resultados – PLR (hoje de R\$ 955,00), o auxílio saúde mensal (R\$ 110,39), o seguro de vida (R\$ 28.875) e o auxílio funeral (R\$ 4.111).

Apesar dos valores congelados em alguns itens econômicos, o acordo fechado garantiu a preservação do conjunto de cláusulas da Convenção Coletiva. No início das negociações, as empresas haviam proposto excluir direitos, o que foi barrado pelos jornalistas.

Jornalistas e radialistas buscam acordo unitário na TVT

Os jornalistas e radialistas da TVT – TV dos Trabalhadores decidiram, neste ano, iniciar uma campanha salarial unificada, reivindicando um Acordo de Trabalho Coletivo específico para os trabalhadores da emissora.

Até então, a TVT, outorgada a uma fundação sem fins lucrativos mantida por três sindicatos cutistas, seguia as convenções das duas categorias com as empresas de Rádio e TV - que encontram-se em situações diferentes: enquanto jornalistas acabam de assinar acordo válido a partir de 1º/12 (veja acima), ra-

dialistas encontram-se num impasse com os patrões desde maio.

O objetivo da negociação com a TVT é garantir condições mais benéficas, por exemplo, no abono e no banco de horas dos jornalistas.

As negociações estão em andamento, e uma comissão de funcionários acompanha e ajuda a organizar as assembleias. Alguns pontos, como o quinquênio, seguem em discussão entre trabalhadores e direção da emissora. Caso haja acordo, a data base deve ser estabelecida para 1º de novembro.

RTV Cultura: profissionais entregaram reivindicações

Os radialistas e jornalistas da Rádio e TV Cultura entregaram em agosto a pauta de reivindicações da Campanha Salarial 2018-2019 à direção da Fundação Padre Anchieta (FPA). A data base das categorias é 1º de setembro.

A reivindicação principal dos profissionais é reajuste de salário que reponha as perdas acumuladas nos últimos anos devido à intransigência do governo paulista que, aplica uma política de austeridade, congelando os salários.

Os jornalistas ficaram sem reajuste desde dezembro de 2013 e os radialistas desde maio de 2014, até que em fevereiro último a FPA concedeu um reajuste, mas de apenas 3,5%. As perdas acumuladas pelos jornalistas com a inflação do período foram de 30,27% e, para os radialistas, chegam a 25,57%, considerando o INPC até novembro de 2018.

Até o fechamento desta edição, as categorias aguardavam a retomada das negociações pois, segundo alega a direção da FPA, como o governo estadual paulista está em período de transição, é preciso que a nova gestão assuma para que as reivindicações sejam encaminhadas ao Conselho de Defesa dos Capitais do Estado (Codec), órgão ligado à Secretaria da Fazenda e responsável pelas questões de pessoal das fundações públicas.

Fica, Empresa Brasil de Comunicação!

Funcionários e entidades organizam campanha contra ameaças de Bolsonaro à Comunicação Pública

A maior programação infantil entre TVs abertas e a principal exibidora do cinema nacional. O alcance das emissoras de rádio regionais em grande parte do território nacional, em especial no Norte e Nordeste, onde 35% da população brasileira vive em municípios sem jornais ou sites locais (Atlas da notícia, Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo). É contra tudo isso e mais que Bolsonaro se coloca ao fazer reiteradas declarações de que pretende pôr fim à Empresa Brasil de Comunicação (EBC), colocando em risco a diversidade e pluralidade da mídia brasileira.

Chamar de “TV traço” ou “TV do Lula”, como fazem veículos privados de comunicação (os quais, não obstante, usam em suas publicações o conteúdo gratuito da Agência Brasil) e o presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL), é não só um desrespeito aos milhares de profissionais envolvidos nessa empresa e à população que nela se vê retratada. É também negar os números.

Prejuízo em cadeia

A extinção da EBC pode trazer danos incalculáveis a outros veículos, como TVs estaduais, jornais de cidades pequenas e rádios comunitários - e seus profissionais. Um dos motivos é que a TV Brasil é “cabeça” na Rede Nacional de Comunicação Pública, que em janeiro contava com 38 emissoras. Outro é o fato de que a Agência Brasil e a Radioagência Nacional são fonte de conteúdo noticioso gratuito para vários veículos.



Comissão de Empregados da EBC



Jornalistas e radialistas em São Paulo, Brasília e Rio em mobilização pela campanha salarial e em defesa da empresa pública



As sete emissoras de rádio da EBC atingem 55 milhões de ouvintes. O site da Agência Brasil alcançou, no primeiro semestre de 2018, 16 milhões de visualizações. A Radioagência Nacional abastece mais de 4,5 mil estações em todas as regiões. Já a TV Brasil passou a ocupar a 10ª colocação entre as emissoras abertas e por assinatura do país.

Foram essas e outras informações que nortearam uma carta dos Sindicatos dos Radialistas e dos Jornalistas do DF, do Rio e de São Paulo ao relator especial para a Liberdade de Expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que organizou audiência em São Paulo no início de novembro.

Na ocasião, também tratamos dos cortes de verba, fim de programas, desvalorização e demissões dos profissionais da Rádio e TV Cultura pelo estado de São Paulo.

PDV inicia desmonte

Na prática, o governo federal já deu início à desestruturação. A direção da empresa realizou um Plano de Desligamento Voluntário (PDV), que foi concluído no dia 7 de dezembro, alimentando o medo dos empregados.

O prejuízo na praça de São Paulo, por exemplo, já se faz sentir: a regional já avisou que será necessário reduzir dois turnos das produções em estúdio, pela falta de profissionais.

Campanha ganha a sociedade

Preocupados com a situação, os funcionários da empresa deram início à campanha “Fica EBC!” A página da iniciativa no facebook (<http://fb.com//ficaEBC/>) já publicou depoimentos a favor da empresa pública das diversas personalidades brasileiras, como Diogo Nogueira, Ru-

Campanha salarial em ambiente de incertezas

Em pleno cenário de ameaças, jornalistas e radialistas da EBC passam por uma difícil negociação do acordo coletivo, em que a empresa propõe reajuste abaixo da inflação e cortes de direitos sociais. Além disso, a tática da direção e do governo é a de enrolar.

A data base foi em 1º de novembro. No fechamento desta edição, já em 18/12, não havia resposta aos sindicatos de nova negociação.

bem Confete, Fabiana Cozza, Cacá Diegues, João Donato, Wolf Maya, Dira Paes, Zico, BNegão, José Carlos Araújo (o Garotinho) e Gerson King Combo.

Também há apoio de membros da comunidade surda, de ribeirinhos na floresta amazônica, produtores culturais, e de leitores, ouvintes e telespectadores dos veículos da EBC do Rio Grande do Sul ao Amapá.

Em outra frente, mais de 140 organizações se somaram em um manifesto contra a extinção da empresa. Também a Comissão Nacional de Direitos Humanos divulgou nota defendendo que a existência da EBC, como materialização do sistema público de radiodifusão, é “princípio básico para a garantia do acesso à informação plural e do exercício da liberdade de expressão do conjunto da população brasileira”

Querem atacar sua aposentadoria

Discussão sobre Reforma da Previdência volta com força após eleição de Bolsonaro

Dino Santos

Após as eleições, a equipe de transição do presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) voltou a pautar a reforma da Previdência Social. A CUT, as demais centrais sindicais, e o conjunto do movimento sindical brasileiro, ao qual se soma o Sindicato dos Jornalistas de SP, retomam uma ampla luta em defesa da aposentadoria e dos benefícios sociais e, como em abril de 2017 - na greve geral que mobilizou mais de 40 milhões de trabalhadores, iniciaram uma campanha permanente para alertar sobre os riscos que enfrentamos.

Sem diálogo com o povo, mas com apoio das empresas de comunicação, o futuro governo Bolsonaro quer seguir os passos de Temer contra os direitos. Assim, além da Seguridade Social, propõe aprofundar a reforma trabalhista (cujos efeitos perversos os jornalistas já começaram a sentir em nossas campanhas



Manifestação contra a Reforma da Previdência em 2017

salariais desde dezembro de 2017), quer acabar com o Ministério do Trabalho e abrir caminho para atacar os sindicatos de trabalhadores.

Querem deixar seu futuro na mão dos bancos

A equipe de Bolsonaro avalia várias possibilidades de desmontar a Previdência Social. Mas a proposta mais defendida pela equipe de Paulo Guedes até o momento é um modelo de capitalização privado com contas individuais, que substituiria o atual sistema de repartição (financiado de modo tripartite, ou seja, que conta com a participação do Estado, empresas e trabalhadores). Assim, bancos, seguradoras e até fundos de pensão de estatais irão administrar - da forma como acharem melhor - a poupança individual dos trabalhadores.

No Chile, a ditadura Pinochet adotou em 1981 o modelo de capitalização, o mesmo proposto por Guedes. Sem proteção do Estado e nem aporte dos patrões, os trabalhadores tiveram que contribuir individualmente, tendo

suas poupanças administradas por empresas privadas. O resultado foi trágico: hoje, trabalhadores que se aposentam* com R\$ 2.635, por exemplo, recebem entre R\$ 660 (mulheres) e R\$ 870 (homens). Isso significa que eles recebem metade do salário mínimo chileno. Veja mais sobre a experiência chilena em bit.ly/PreviChile.

No México, a reforma da previdência com a lógica da capitalização foi adotada em 1997. Mas, como muitos trabalhadores não têm carteira assinada e não conseguem contribuir para a aposentadoria por conta dos baixos salários que recebem, certamente ficarão sem o benefício ao chegarem aos 65 anos, a idade mínima para se aposentar no país. Isso já ocorre com 77% dos idosos num país onde mais de 45% da população vive na extrema pobreza.**

E no Brasil, como seria?

Na Previdência Pública atual, quem contribuir 35 anos com R\$ 76,32 recebe uma aposentadoria mensal de R\$ 954,00.

Na Previdência Privada, quem contribuir o mesmo período com os mesmos valores, receberá uma pensão mensal de R\$ 224,95. O levantamento é do DIEESE.

Servidores da capital em defesa da previdência

No fechamento deste jornal, a Câmara de São Paulo preparava para votar em 26 de dezembro o Projeto de Lei 621/2016, que trata da reforma da previdência municipal. O projeto foi rejeitado pelos servidores que realizaram forte mobilização no primeiro semestre, ainda com Doria (PSDB) na prefeitura. Passadas as eleições, foi retomado por Bruno Covas (PSDB). O PL prevê aumento na contribuição dos trabalhadores de 11% para até 14%, podendo chegar a 19% (um verdadeiro confisco na folha de pagamento), e a privatização de parte do sistema de aposentadoria do funcionalismo. Jornalistas que são servidores municipais também podem enfrentar estes prejuízos.

Você sabia?

Grandes empresários acumularam uma dívida até 2015 de R\$ 374,9 bilhões, mais do que o dobro do suposto rombo (R\$ 149 bi) que o governo alega. Entre eles, estão empregadores de jornalistas no estado de São Paulo, como a Editora Três e a Fundação Cásper Líbero, pela lista dos 500 CNPJs com maiores dívidas da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, segundo reportagem de 2017 da Repórter Brasil. Além disso, não é raro chegar ao Sindicato denúncias de empresas de comunicação que descontam dos jornalistas a contribuição previdenciária e não repassam ao INSS, o que é crime de apropriação indébita.

Categoria aprova mensalidade proporcional

Valor será proporcional a 1% do salário para jornalistas com vínculo empregatício, com teto de R\$ 34 no interior e R\$ 58 na capital

A mensalidade proporcional a 1% do salário, proposta pela direção do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP), foi aprovada pela categoria em Assembleia Geral Ordinária realizada em 17 de dezembro no auditório Vladimir Herzog, sede do SJSP, no centro da capital paulista, e também nas Regionais da entidade.

Com a mudança, a mensalidade cobrada será de 1% do salário bruto do jornalista com vínculo empregatício celetista ou estatutário, mas limitada a R\$ 34 no interior e litoral, e a R\$ 58 na capital. A nova forma de cobrança será implementada a partir de abril de 2019. Oportunamente, o Sindicato informará as providências necessárias.

Na prática, a proporcionalidade não aumenta o valor da mensalidade, ao contrário,

torna o valor mais justo com o intuito de ampliar a sindicalização principalmente dos profissionais que ganham menos. Jornalistas com salários inferiores a R\$ 3.400 (no interior e litoral) e a R\$ 5.800 (na capital) terão redução no valor da mensalidade.

No caso dos jornalistas sem vínculo empregatício que pagam por boleto, débito em conta ou cartão de crédito, a mensalidade será fixa, mantendo os valores atuais de R\$ 34 e R\$ 58 mensais.

Na assembleia, a categoria também aprovou a criação da mensalidade solidária, voltada ao jornalista que se dispuser a pagar um valor mais alto ao Sindicato, tendo como referência R\$ 60 para interior e litoral, e R\$ 100 na capital. Ela será aplicada a partir de janeiro.

O debate na assembleia

apontou que a implementação da mensalidade proporcional é necessária para enfrentar o cenário político-econômico difícil para o país e para o conjunto do movimento sindical, em que, mais do que nunca, o Sindicato tem que ampliar a sindicalização para garantir a defesa dos jornalistas.

As propostas foram deliberadas na assembleia que também aprovou o orçamento do Sindicato para 2019. E com previsão para junho do próximo ano, a Assembleia Geral Ordinária para prestação de contas do exercício 2018 também debaterá uma primeira avaliação nas mudanças da mensalidade.

Em caso de dúvida, o sindicalizado pode contatar o SJSP pelo email atendimento01@sjsp.org.br ou pelo telefone (11) 3217-6299.

Como vai ficar a mensalidade a partir de 2019

Profissional com vínculo

1% do salário bruto, com teto de **R\$ 34,00 (interior)** e de **R\$ 58,00 (capital)**

Profissional sem vínculo

valor fixo de **R\$ 34,00 (interior)** e **R\$ 58,00 (capital)**

Valores de referência para mensalidade solidária

R\$ 60,00 (interior) e **R\$ 100,00 (capital)**



Sindicalizados podem ganhar uma viagem



Sorteio da viagem ao Balneário Camboriú (SC) será em 16 de março

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP) vai sortear uma viagem ao Balneário Camboriú, em Santa Catarina, com direito a transporte aéreo e hotel com café da manhã, para hospedagem do sindicalizado (a) e um acompanhante entre os dias 26 a 28 de abril (sexta a domingo).

O sorteio será em 16 de março. Para concorrer, os sindicalizados têm que pagar a anuidade até 1º de março de 2019 (R\$ 374,00 para interior e litoral, e R\$ 638,00 na capital, valor com desconto de 1 mensalidade no ano).

Ou podem optar até a mesma data por uma das seguintes formas de pagamento: 1)

autorização para desconto da mensalidade em folha; 2) por pagamento por cartão de crédito com inscrição no Pag Seguro; 3) autorização do débito da mensalidade em conta corrente no Bradesco ou Santander. Não é preciso fazer inscrição.

No caso dos novos associados, a sindicalização também

tem que ocorrer até 1º de março.

Com o sorteio, o Sindicato visa não só ampliar a sindicalização como também estimular a migração dos já sindicalizados às formas de pagamento que facilitem a cobrança tanto para os próprios jornalistas quanto para o SJSP. Saiba mais: www.sjsp.org.br

FENAJ recorre aos jornalistas para salvar sua sede

A Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) está em campanha de arrecadação de recursos para manter sua sede em Brasília. O imóvel foi penhorado pela justiça do Distrito Federal, em função de dívida tributária junto à Terracap.

O pagamento do débito é relativo ao Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) de um terreno concedido à Federação, nos anos de 1980, que nunca foi utilizado pela FENAJ. Após suspensão da ação judicial, por meio de acordo, o débito de R\$ 400 mil foi negocia-

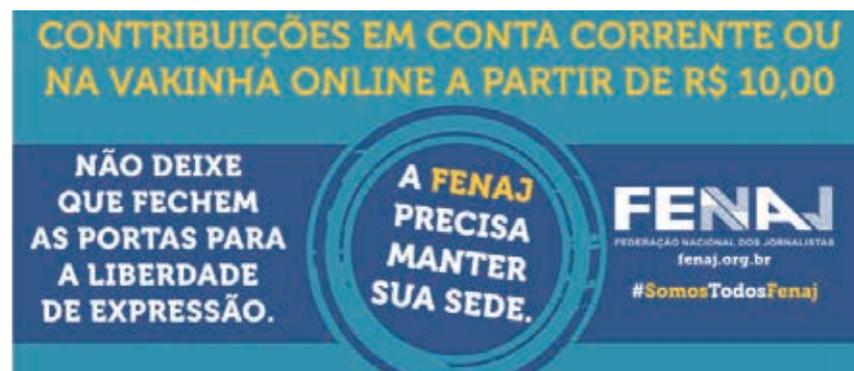
do com o Governo do Distrito Federal, e a FENAJ terá de honrar o compromisso em 48 parcelas.

Além da dívida com a Terracap/DF e de multas sentenciadas pela Justiça, a Federação Nacional dos Jornalistas se encontra em uma situação financeira bastante delicada, resultado da contrarreforma trabalhista, aprovada pelo Congresso Nacional em novembro de 2017, que atacou o financiamento das entidades sindicais.

O Sindicato dos Jornalistas considera fundamental garantir a existência material de

nossa federação, em especial numa situação em que a categoria, em todo o país, enfrenta ataques aos seus direitos trabalhistas (muitas vezes organizados por empresas de comunicação de alcance

nacional), e ao seu exercício profissional e liberdade de imprensa. Por isso, decidiu enviar uma contribuição, e convida a todos os jornalistas do estado a também participar. Contribua!



"VAI TER LUTA!" CUT REPUDIA RETROCESSOS CONTRA NEGROS

Por indicação de nossa Comissão de Jornalistas por Igualdade Racial, a Cojira, publicamos a íntegra da nota da Central Única dos Trabalhadores contra a intenção do presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), de acabar com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).

"Depois de 14 anos de avanços significativos, conquistados com intensa luta durante os governos democráticos e populares do PT, e dos muitos retrocessos impostos pelo governo ilegítimo de Michel Temer à população negra no Brasil a partir de 2016, parece não ter limites o avanço da direita racista em nosso País.

Poucos dias antes de assumir o poder, o novo governo já antecipa o que se esperava de Jair Bolsonaro: um novo e duro golpe contra os direitos humanos em geral e especialmente contra os direitos dos

negros com a já anunciada extinção da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a SEPPIR.

O início do processo de tomada de consciência, do reconhecimento da dívida histórica do Brasil com sua população negra e a construção de uma nova realidade que emergiu dos governos Lula e Dilma mostraram ao Brasil e ao mundo a decisão de fortalecer a participação de homens e mulheres negros, antes invisíveis, na vida e no debate sobre o que somos e o que queremos para nosso país.

Após o impeachment de Dilma Rousseff, a extinção do Ministério da Igualdade Racial pelo governo de Michel Temer foi parte natural do processo de desconstrução e de volta ao status quo, tentando colocar a população negra "de volta ao seu devido lugar", sem respeito, sem a garantia de

defesa institucional de seus direitos, sem fóruns de debate e representação social, sem justiça social e sem voz como cidadãos de direito e de fato.

As declarações racistas e preconceituosas de Jair Bolsonaro e a postura omissa de sua futura Ministra das Mulheres, Família e Direitos Humanos bem mostram o que espera pela população negra a partir de 2019: MUITA LUTA!

Os negros e negras brasileiros tem mais de 500 anos de experiência em lutar por seus direitos. Nunca abriram mão da luta, nunca desistiram frente aos açoites, às degradações e às injustiças ao longo de muitos séculos e não será agora que se deixarão abater!

Ao mesmo tempo em que repudia veementemente a forma como a questão da população negra foi conduzida pelo governo Temer e reconhecendo que as dificuldades

se aprofundarão no governo Bolsonaro, a CUT assume o desafio de continuar a frente na organização da defesa da causa negra e a resistência contra todo tipo de violação aos direitos de todos os humanos, como bem proclama há 70 anos a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Trabalhadores e trabalhadoras, homens e mulheres, crianças, jovens e idosos, negros e negras do Brasil, a luta não começa agora, ela começou há mais de 500 anos.

Vamos seguir juntos, mostrando força, garra e determinação em lutar pelos nossos direitos.

UNIÃO, ORGANIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO POR UM PAÍS MAIS JUSTO, MENOS DESIGUAL E SEM RACISMO!

São Paulo, 13 de Dezembro de 2018.

Direção Executiva da CUT Nacional"

Defesa intransigente dos direitos humanos marca premiação

Paulo Pinto

A cerimônia da 40ª edição do Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos ocorreu em 25 de outubro, no Tucarena, na capital paulista. O Prêmio Especial homenageou o jornalista Bernardo Kucinski, 81, (*entrevista na pág. 11*), reconhecendo sua dedicação aos direitos humanos em seus mais de 50 anos de jornalismo.

As matérias vencedoras e também as que receberam menções honrosas refletem a conjuntura de ataque aos direitos humanos, sociais e trabalhistas no país, e os 608 trabalhos inscritos – novo recorde desde que o prêmio foi criado, em 1978 – expressam a preocupação dos jornalistas com o cenário atual.

Enquanto o governo Temer (PMDB) reduziu a fiscalização e atacou a tipificação do trabalho escravo, a série de imagens ganhadora da categoria Fotografia aponta para a relevância da pauta. “Consumidos pela escravidão” foi clicada pelo fotógrafo Albari Rosa para o jornal *Gazeta do Povo*

(PR), retratando em preto em branco o trabalho escravo explorado por uma carvoeira que não está num rincão do país, mas na região metropolitana de Curitiba.

Na mesma categoria, outras duas imagens receberam menção honrosa. “Guerra na porta de casa”, do fotógrafo carioca Mauro Pimentel, da France Press, mostra a que ponto chegou o nível de violência sofrido por quem vive nos morros – uma criança entre dois fuzis em meio aos conflitos de facções na Rocinha, comunidade alvo da intervenção militar de Temer no Rio de Janeiro. “Nos Braços do Povo”, de Paulo Pinto, registra o fato político que marcou o ano e mostra o posicionamento do júri da premiação – a prisão do ex-presidente Lula, sem provas de qualquer crime, é uma afronta aos direitos humanos.

A violência no Rio também foi tema para o chargista Gilmar Barbosa, da Rádio Peão Brasil, de Santo André, ganhador da menção honrosa

Mauro Pimentel/AFP



Menção honrosa para “Guerra na porta de casa”



Fotografia sobre defesa de Lula em São Bernardo garantiu Menção Honrosa

na categoria Arte com “Tiro”. A charge faz alusão a uma capa da revista *Times*, sobre o drama de pais e filhos imigrantes separados pelo governo Donald Trump, mas no alvo do atirador encarnado como a morte a referência é o estudante Marcos Vinícius da Silva, 14, assassinado por policiais militares. Antes de morrer, o adolescente questionou à mãe Bruna Silva: “Ele não viu que estava com roupa de escola, mãe?”.

A charge vencedora foi “Marquinha”, na qual o cartunista Brum, da *Tribuna do Norte* (RN), aborda com sensibilidade e recorte racial a questão da violência contra as mulheres. O tema também foi pauta de “UmaPorUma”, com a jornalista Ciara Carvalho e equipe vencedora da categoria Multimídia.

No projeto, criado em abril deste ano para o portal NE10, do Sistema Jornal do Comércio de Comunicação, jornalistas monitoram os feminicídios registrados em Pernambuco, divulgam relatos e acompanham os desdobramentos

dos casos na Justiça para cobrar o julgamento e punição dos acusados pelos crimes. Segundo dados da plataforma, das 204 mulheres assassinadas no estado de janeiro a outubro, 67 foram vítimas de feminicídio.

O programa Caminhos da Reportagem, da TV Brasil do DF, venceu a categoria Vídeo com “Defensores sob ameaça”, produzida por Mariana Fabre e equipe. A morte da vereadora Marielle Franco (Psol) e de seu motorista, Anderson Gomes, assassinatos em março num crime até o momento não esclarecido, são o gancho para mostrar as perseguições e a violência que vitimam quem luta em defesa dos direitos humanos no país.

Acesse a lista completa dos vencedores e seus trabalhadores ganhadores: bit.ly/PremioHerzog18.

Entre outras entidades, a Comissão Organizadora teve participação do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo e da Federação Nacional dos Jornalistas.

Kucinski: “Fiquei fascinado pelo jornalismo. Vesti a camisa e fui em frente”

André Freire

Graduado em Física há 50 anos, ele dedicou a vida ao jornalismo como repórter e correspondente, e como professor universitário uspiano com vasta produção acadêmica sobre a profissão. Ao completar 81 anos, o jornalista Bernardo Kucinski foi homenageado nesta 40ª edição do Prêmio Vladimir Herzog por sua atenção aos direitos humanos durante sua trajetória. No currículo, veículos como os britânicos *The Guardian* e BBC, mídias tradicionais como a Veja, e jornais alternativos de resistência à ditadura como o extinto *Opinião*.

É co-autor, ao lado de Ítalo Tronca, de *Pau de arara: a violência militar no Brasil* (1974), primeiro livro a denunciar internacionalmente as torturas praticadas durante o regime militar. Foi ainda assessor especial da comunicação do governo Lula. Ao jornal *Unidade*, Kucinski compartilha suas perspectivas do futuro da profissão, os desafios do jornalista na ditadura de 64 e na atualidade, a cobertura midiática do golpe à democracia e as relações do novo governo com a imprensa.

Como foi seu caminho da Física para o jornalismo?

Fiz Física muito tarde, tinha vários anos a mais que outros estudantes. A Física era uma profissão para jovens gênios, e eu não era nem gênio nem jovem. Ao mesmo tempo, tinha um talento, uma vocação para o jornalismo e minha entrada se deu na própria universidade, nos anos 1960, quando o grêmio estudantil lançou o *Amanhã*, primeiro jornal alternativo de combate à ditadura.



Bernardo Kucinski, ganhador do Prêmio Herzog Especial 2018

O Raimundo Pereira, que era o editor, tinha sido meu colega na Física e me convidou para colaborar com o jornal.

Depois fui para as revistas técnicas da Abril e em seguida para a Veja. Foi numa época em que o jornalismo floresceu. Numa escala mundial, também era um época de ouro do jornalismo, dos grandes jornalistas que cobriam as guerras de libertação da África, a guerra do Vietnã, e nos espelhávamos neles. Fiquei fascinado pelo jornalismo. Vesti a camisa e fui em frente.

Como era lidar com as perseguições e o dia a dia de fazer jornalismo sob a repressão?

Passados 50 anos, as pessoas têm uma visão muito esquemática do que foi a regime, mas a ditadura brasileira era muito contraditória porque não queria se assumir e tentava um controle pontual, por intimidação. Havia um amplo espaço para nós atuarmos. Escrevíamos, publicávamos e tomávamos um pouco de cui-

dado com alguns assuntos. Quando se chegava às denúncias de tortura, aí era preciso tomar muito cuidado. Só era possível fazer um tratamento muito camuflado, sofisticado, às vezes emblemático, mas dava para fazer.

Quando o Médici assumiu, disse que não iria tolerar torturas em seu governo. Pegamos gancho nessa frase e criamos o dossiê sobre as torturas, até que veio a reação e tivemos que nos espalhar. Foi aí que começou meu exílio em Londres, mas antes de ir, surgiu o livro “Pau de arara...: a violência militar no Brasil”. Quem teve a ideia foi o jornalista Luiz Merlino. Fizemos o livro na clandestinidade, levamos para Londres para publicar o que foi o primeiro livro denunciando as torturas no Brasil. Foi o Merlino quem, de fato, pediu que nós fizéssemos o livro e ele se encarregou de publicar na França.

Como você avalia a cobertura da mídia antes e depois do golpe à democracia?

O jornalismo brasileiro atual sofreu uma degradação específica, uma transformação ética de um jornalismo de serviço público para outro comprometido com interesses, com grupos, com projeto político anti social, inclusive. O jornalismo brasileiro tem muito a ver com o ponto a que chegamos hoje. Se comparar o nosso com o norte americano e o inglês, você vê como o jornalismo brasileiro é subdesenvolvido nesse sentido, é muito comprometido.

Como é que o senhor acha que vai ser a relação dessa mídia com a Presidência da República nos próximos anos?

É uma questão muito complicada. É um pouco cedo para saber, mas ele quer acabar com a EBC, quer atropelar a imprensa. Aí vai descobrir que a EBC é um instrumento importante do governo, ainda mais se não tiver uma imprensa muito a favor dele. Ele vai ser aconselhado a não acabar com a EBC, mas vai acabar com a parte pública da empresa e ficar só com a parte estatal.

Não sei se a grande imprensa vai insistir num acompanhamento crítico do Bolsonaro porque essa mídia é partícipe desse projeto, se tornou cúmplice dele. Ela foi tão atuante à favor desse governo que ela não pode permitir que ele fracasse, entende? Vai insistir nele até o fim, vai continuar dizendo que a culpa de toda crise é do PT, como diz até hoje. Eles já estão há dois anos no poder, a economia continua no lodo e a culpa é do PT. Não tenho a menor fé, infelizmente.

Consumidos pela escravidão



O ensaio fotográfico de Albari Rosa, 53 de idade e 30 de fotojornalismo, podia ser o retrato de uma carvoaria em qualquer rincão do país, mas revela o trabalho escravo numa cidade da região metropolitana de Curitiba. Em Tunas do Paraná, a menos de 80 quilômetros da capital paranaense, essa condição degradante foi flagrada para a reportagem publicada em maio de 2018 pela Gazeta do Povo (PR).

Sob o sol a pino e em meio à fumaça da madeira queimando, de segunda a segunda e sem receber salários regularmente há meses, a carvoeira Alaídes Cordeiro de Paula, 56, trabalha junto com seu filho, Roberto de Paula Farias, 39.

A aspereza de “Consumidos pela escravidão”, que denuncia em preto e branco a exploração do trabalho escravo, foi a ganhadora da categoria Fotografia no 40º Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos.

